broadcast político

Publicado em 20/09/2023 - 20:40

Camilo Cristofaro é o primeiro vereador cassado por racismo em São Paulo

Redação

São Paulo, 20/09/2023 - O ex-vereador Camilo Cristófaro (Avante), cassado nesta terça-feira, 19, por uso de expressão racista, coleciona polêmicas na atuação na Câmara de São Paulo e é o primeiro vereador de São Paulo cassado por racismo. Outro caso de racismo, atitudes transfóbica e machista e ironia à origem japonesa de colega de plenário estão no histórico do político. Aos 62 anos, ele tem reduto eleitoral no bairro Ipiranga, na Zona Sul paulista, e já foi filiado a cinco partidos.

Formado em Direito, Cristófaro se elegeu pela primeira vez em 2016, quando obteve 29.603 votos. Na época, concentrou as críticas nas redes sociais a Fernando Haddad (PT), então prefeito da capital. Nas eleições de 2020, conquistou novamente uma cadeira na Câmara, com 23.431 votos. Na campanha, o alvo passou a ser João Doria (PSDB), que havia deixado o cargo de prefeito para concorrer a governador.

Na biografia ainda disponível no site da Câmara, Cristófaro diz que ingressou na vida política aos 18 anos, ao se aproximar de Jânio Quadros. Também atuou como procurador do Estado na década de 1990.

No primeiro ano como vereador, em 2017, Cristófaro foi acusado de agredir verbalmente a então vereadora Isa Penna, com xingamentos de “vagabunda” e “terrorista”. Na época, ela era do PSOL, e hoje é deputada estadual pelo PCdoB. Uma funcionária da Casa presenciou a discussão. Houve pedido de cassação, mas o caso não avançou.

Em 2018, ele criticou o vereador George Hato (MDB), que é de origem japonesa, ao puxar os olhos com as mãos. Em maio deste ano, Hato disse, em discurso no plenário da Câmara, que Cristófaro afirmou “vou dar um cacete nesse japonês” ao encontrá-lo no prédio. O então vereador negou. Os dois têm desavenças há anos.

Ainda na legislatura de 2017-2020, Cristófaro foi condenado à sanção máxima pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SP) por fazer captação ilícita de recursos financeiros durante as eleições de 2016 e ainda foi acusado de receber verbas de campanha da mesma “laranja” que teria abastecido a candidatura de José

Auricchio Jr. (PSDB), prefeito de São Caetano do Sul, na época. Cristófaro perdeu o mandato, mas conseguiu restituir o cargo após uma decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin.

Em 2019, ao retornar à Casa, Cristófaro teve uma atitude transfóbica no plenário da Câmara ao chamar o vereador Thammy Miranda (PL) no feminino. “Cumprimentar a Thammy, quem eu vi nascer. Filha da Maria Odete, amiga do Colégio Regina Mundi, da minha irmã... Filha, na época, da minha amiga Maria Odete, quando fui visitá-la na Aclimação”, disse na ocasião. Thammy assumiria o cargo após a decisão do TRE.

No mesmo ano, foi acusado em outro caso de racismo. No plenário da Câmara Municipal, chamou o vereador Fernando Holiday (PL) de “macaco de auditório”. Na época, Holiday disse ao Estadão que se sentiu “revoltado” ao ouvir as falas. Cristófaro se defendeu dizendo que a “macaco de auditório” é uma “expressão popular”.

Entenda o motivo da cassação

A declaração que levou à cassação dele ocorreu em 2022, no segundo mandato na Câmara. A sessão da CPI dos Aplicativos foi interrompida após um áudio de conteúdo racista vazar no microfone do plenário virtual. “Olha só, lavando a calçada, isso é coisa de preto”, disse Cristófaro. Por conta da repercussão negativa, o diretório estadual do PSB, partido ao qual ele era filiado na época, o expulsou da legenda.

Um dia após o episódio, Cristófaro se desculpou publicamente. “Eu peço desculpas a toda população negra por esse episódio que destrói toda minha construção política na busca de garantia à cidadania dos paulistanos, principalmente aos que têm suas portas de acesso ao direito diminuída pelo racismo estrutural. Apesar de ter tido uma fala racista, em minhas atitudes e com o tempo vocês terão a oportunidade de constatar isso”, afirmou na ocasião.

Na Justiça, porém, Camilo Cristófaro teve o caso ser arquivado em julho deste ano. O juiz Fábio Aguiar Munhoz Soares, da 17ª Vara Criminal de São Paulo, rejeitou a denúncia argumentando que a fala do parlamentar poderia, sim, ser considerada discriminatória, mas foi dita “sem a vontade de discriminar”. Segundo Soares, a frase “foi extraída de um contexto de brincadeira, de pilhéria, mas nunca de um contexto de segregação”.

Copyright © Clipclap 2025.

Nesta terça, por 47 votos a favor e 5 abstenções, o plenário da Câmara entendeu que o vereador cometeu quebra de decoro parlamentar. Ele é o primeiro vereador cassado por racismo. A vaga de Cristófaro na Câmara será assumida pelo ex-policial militar, advogado e empresário de jogadores de futebol Adriano Santos (PSB).

http://broadcast.com.br/cadernos/politico/?id=cE9XM0dmdmIvdW1XdmM1Y2pEb2d4QT09

Veículo: Online -> Agência de Notícias -> Agência Estado - Broadcast Político

Seção: São Caetano

Copyright © Clipclap 2025.